

A crucificação da moral: a sedução do cristianismo na análise genealógica de Nietzsche

Francisco Chagas Vieira Lima Júnior*

Resumo: O presente artigo aborda a mudança de paradigma na moralidade ocidental a partir da concepção genealógica de Nietzsche, buscando caracterizar o momento histórico da suplantação dos valores considerados vulgares dos escravos sobre os valores considerados elevados dos aristocratas de acordo com o viés historiográfico. Para isso, utiliza o material teórico especializado, tendo como foco principal a obra nietzscheana encabeçada pela “A Genealogia da Moral”, em que este filósofo se debruça sobre o abismo existente entre os ideais romanos e os ideais cristãos. O artigo também tenta explicar os motivos subjacentes ao triunfo desses ideais cristãos na Civilização Ocidental.

Palavras-chave: Moralidade. Aristocracia. Cristianismo. Poder. Ideais escravistas.

Abstract: The present article discusses the paradigm shift in Western morality from Nietzsche's genealogical approach, aiming to characterize the historical moment of supplanting the values considered vulgar slave on the values of the aristocrats considered high according to the historiographical bias. For this, the theoretical material specialist, which focuses on work led by Nietzsche's The Genealogy of Morals, in which this philosopher focuses on the gap between the ideals of Roman and Christian ideals. The article also tries to explain the reasons behind the triumph of Christian ideals in Western civilization.

Key words: Morality. Aristocracy. Christianity. Power. Ideal slave.



* FRANCISCO CHAGAS VIEIRA LIMA JÚNIOR é Pós-graduando em Metodologia do Ensino na Educação Superior pela Faculdade Internacional de Curitiba - FACINTER

1. Introdução

Nos séculos que antecederam sua institucionalização, o cristianismo era caracterizado como uma religião de escravos, pobres, indigentes e classes sociais consideradas inferiores. Os próprios escritos do Novo Testamento caracterizam os primeiros cristãos como indivíduos provenientes das classes consideradas “inferiores” pela sociedade greco-romana.

A busca pelo poder, materializado em esperanças como felicidade, igualdade, paz, gozo, liberdade, vida eterna, etc., sempre existiu no âmago da cristandade, ainda que metamorfoseada através de meios considerados incomuns. O poder seria alcançado não nessa vida, não do modo comum, nem pelas causas ordinárias, muito menos de acordo com os planos dos homens, mas de acordo com os planos de Deus.

Para o cristão, o poder poderia ser alcançado através do martírio, da caridade, da mendigagem, da tribulação, da dor e do sangue. Por isso, o sofrimento terreno era algo tolerável, já que haveria bonança eterna no Céu:

Penso, com efeito, que os sofrimentos do tempo presente não têm proporção com a glória que deverá revelar-se em nós. [...] à medida em que participais dos sofrimentos de Cristo, alegrai-vos, para que também na revelação da sua glória possais ter alegria transbordante. Bem aventurados sois, se sofreres injúrias por causa do nome de Cristo [...] (Romanos 8.18; 1Pedro 4.13, 14).

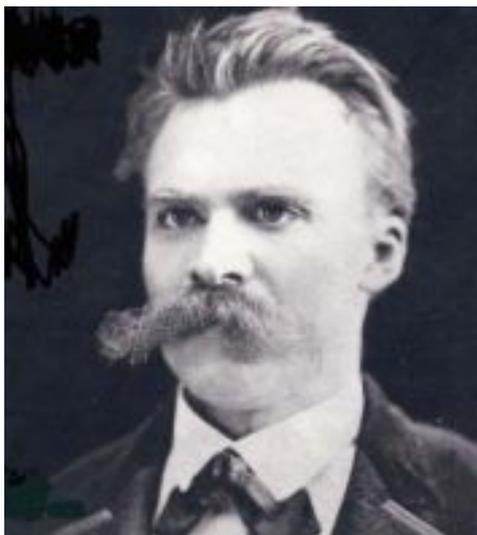
Tal concepção se baseava num tipo de moral bastante distinta da moralidade praticada pelos gregos (principalmente espartanos) e pelos romanos. Na visão do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900), o Ocidente presenciou pelo menos duas grandes mudanças

paradigmáticas na concepção moral: a moral nobre e aristocrática, instituída pela nobreza culta e pelos poderosos, foi suplantada pela moral cristã, engendrada por escravos, plebeus e indigentes na medida em que o cristianismo se expandia.

A indicação para o caminho correto me foi dada por esta pergunta: Qual é, segundo a etimologia, o sentido da palavra “bom” nas diversas línguas? Então descobri que esta palavra em todas as línguas deriva de uma mesma transformação conceitual; descobri que, em toda a parte “nobre”, “aristocrático” no sentido de ordem social, é o conceito fundamental, a partir do qual se desenvolve necessariamente “bom” no sentido de “que possui uma alma de natureza elevada”, de que “possui uma alma privilegiada”. Esse desenvolvimento se efetua sempre paralelamente a outro que acaba por evoluir de “comum”, “plebeu”, “baixo” para o conceito de mau (NIETZSCHE, 2009, 34).

O choque entre essas duas visões morais havia deflagrado uma intensa guerra de sangue, principiada pelos romanos contra os cristãos, e posteriormente perpetrada pelos cristãos contra os pagãos.

O presente artigo tem como objetivo fazer alguns apontamentos sobre o processo de transformação moral que ocorreu nos primeiros séculos da Era Cristã à luz da crítica nietzscheana ao cristianismo, apontando para as principais características da moral cristã e enfatizando os contornos sociais alcançados pela mesma para que se tornasse uma ideologia sedutora para as massas. Desse modo, o artigo aborda os mecanismos utilizados pelo cristianismo para alcançar o poder e seduzir as massas, a partir da perspectiva genealógica da moral de Nietzsche.



Friedrich Nietzsche (1844-1900)

2. Nietzsche e o choque entre duas concepções morais

De acordo com Nietzsche (2009, p. 37) o tipo de moralidade que os cristãos haviam herdado do judaísmo constituía o principal marco para a repulsa inicial romana do culto cristão.

Para os romanos, o cristianismo era visto como um segmento do judaísmo, desprezível por contrariarem a ordem social vigente, por portar hábitos estranhos e rejeitar os deuses do Estado. Além disso, negavam as festas romanas, as competições dos gladiadores e recusavam-se a considerar os imperadores mortos como deuses. Os cristãos também eram considerados repulsivos por elogiarem o pacifismo ao invés do ideal romano de militarismo, chegando ao cúmulo de adorarem um criminoso crucificado (PERRY, 1985, p. 161).

Sendo um segmento de seu antecessor cultural e religioso imediato – o judaísmo – o cristianismo havia herdado, além de suas ideias, concepções, crenças e costumes significativos, o profundo desprezo com o qual os povos greco-romanos haviam atacado os judeus, seus costumes e seu culto.

A atitude de desprezo característica dos gregos helenistas e dos romanos em relação aos judeus focava em depreciar seus costumes e, principalmente, sua visão de mundo. Além disso, havia uma tendência por parte de ilustres escritores helenistas e romanos em destacar o *status* natural de inferioridade social desse povo.

De acordo com Fontette (1989, p. 21-25), Maneto, um historiador egípcio do século II a.C., ao associar o *Sabbath* com doenças da virilha, enfatizava a impureza dos judeus. Do mesmo modo, Posidônio de Apaméia e Lisímaco de Alexandria afirmaram que os primeiros hebreus eram constituídos de leprosos, cegos, coxos, doentes, etc. – o tipo de pessoas consideradas como proveniente dos mais baixos patamares sociais.

Tornavam-se comuns alegações de que os judeus mantinham um gênero de vida contrário a hospitalidade (Hecateu de Abdera), de que nutriam um ódio em relação a todos os homens que não fossem circuncisos (Apolônio, Juvenal e Posidônio), de que eram anti-sociais (Filostrato), de que não haviam inventado nada de útil à vida (Apolônio e Apion), de que não produziram sequer homens notáveis nem sábios ilustres (op. cit.).

Todas essas acusações deixam implícito um teor de aversão moral. No entanto, os ataques mais ferozes aos judeus eram desferidos por Tácito, que reunira todas as acusações já formuladas aos judeus na literatura greco-romana para conscientizar o povo romano de que o judaísmo não passava de um mal pernicioso que precisava ser curado.

Porém, a aversão que Tácito nutria pelos judeus também era direcionada aos cristãos. Nos *Anais* XV, 44, Tácito, além de pressupor que os cristãos “realizavam atrocidades”, rotulava

explicitamente o cristianismo como uma “perniciosa superstição” e um “flagelo”. Para este historiador romano, tratava-se de criminosos que deveriam ser condenados à morte por odiar o gênero humano (TÁCITO, s/d, p. 248).

O cristianismo era considerado uma religião de escravos, peculiar às camadas mais baixas da sociedade e detentora de um modo de ver o mundo típico de povos fracos e dominados. Tratava-se, portanto, não somente de uma questão de culto, de teologia, ou de subversão anti-imperial, mas de uma questão de concepção de mundo, que adentrava no âmbito da ética e da moralidade.

Obviamente, a leitura das obras taciteanas, bem como de autores gregos e latinos que legitimavam a necessidade de um senso moral superior, ao mesmo tempo em que descreviam e condenavam práticas judias, havia influenciado o pensamento de Nietzsche, que demonstra um profundo conhecimento acerca da literatura greco-romana (KOTHE, 2008).

Nietzsche buscou em Tácito e em outros escritores romanos a fundamentação que precisava para delinear a moral judaica como uma moral de escravos. De acordo com Nietzsche (2003, p. 110), não somente Tácito, mas todo o mundo antigo considerava os judeus como “um povo nascido para a escravidão”.

Além disso, é bastante provável que a justaposição criada por Nietzsche, entre moralidade judaico-cristã e moralidade greco-romana, tenha se originado da posição taciteana que tendia a posicionar as ideias, crenças e costumes judaicos no extremo oposto as ideias, crenças e costumes romanos.

De acordo com Tácito (apud FONTETTE, 1989, p. 24): “Para eles

[isto é, os judeus], é profano tudo aquilo que é sagrado para nós; ao contrário, entre eles é permitido tudo aquilo que nos é abominável”.

Do mesmo modo, segundo Nietzsche (2003), o que para os judeus era considerado moral equivalia ao que para os romanos era considerado imoral, ao passo que o que era considerado imoral para os judeus equivalia ao que era considerado moral para os romanos. Nesse sentido, Nietzsche entende que os romanos consideravam os judeus (e conseqüentemente os cristãos) como indivíduos que pregavam abominações, já que proclamavam o oposto dos ideais romanos:

Roma via no judeu alguma coisa como a própria contra-natureza, um antípoda monstruoso; para Roma, o judeu passava a ser “um *convicto ódio* contra todo o gênero humano” e, com razão, se é certo que a salvação e o futuro da humanidade consiste no domínio absoluto dos valores aristocráticos, dos valores romanos. (NIETZSCHE, 2009, p. 56).

Os romanos cultuavam valores aristocráticos, atitudes nobres de ordem senhorial relacionadas a um homem forte que impõe seus pensamentos e vontades através da força sobre os demais, pensamentos e vontades estes que eram considerados “bons”.

Para Nietzsche (2009, 55-57), os romanos procuravam definir seu senso de moralidade a partir da dicotomia entre “bom e ruim”. O conceito de “bondade”, para os antigos romanos, não se associava a caridade, empatia e outros sentimentos caros para a moral cristã, mas a ideia de superioridade, nobreza e poder. Relacionava-se ao nobre, ao poderoso, ao aristocrata, ao rico, ao possuidor, ao senhor, ao culto e ao puro. Do mesmo modo, o conceito

moral de “ruim” estava relacionado ao plebeu, ao miserável, ao escravo, ao pobre, ao oprimido, ao despossuído, ao fraco, ao inculto e ao impuro.

Nesse sentido, o historiador Paul Veyne (2009, p. 72) destaca que sentimentos como complacência, humildade, mansidão, perdão, entre outros, eram considerados pelos romanos como sentimentos dignos de escravos e de indivíduos inferiores.

No entanto, os judeus também possuíam um senso moral próprio. Segundo Nietzsche (2009, p. 56), a moral judaica baseava-se numa inversão dos conceitos morais romanos, em que os principais valores tidos como “bons” passaram a ser concebidos como “maus” e assim substituindo a moralidade aristocrática por uma moralidade escrava. Tratou-se de uma “jogada espiritual”, em que os judeus buscaram a afirmação de superioridade e do controle do poder através da condenação das ações consideradas “nobres” daqueles que eram considerados aristocratas, tornando-as de ações boas para ações más, realizando assim uma reviravolta no pensamento moral.

Deve-se enfatizar que Nietzsche pinta uma imagem positiva de Jesus, considerando-o um espírito livre, um “idiota”, que, na acepção grega do termo representa uma personalidade indiferente aos ditames sociais, aos costumes estabelecidos, indiferente mesmo ao âmbito normativo da moral (NIETZSCHE, 2005, p. 23). Desse modo, o filósofo concede a autoria da decadência moral do movimento cristão aos sucessores imediatos de Jesus, principalmente a um judeu e fariseu chamado Paulo de Tarso.

O apóstolo Paulo foi considerado por Nietzsche o verdadeiro fundador do cristianismo, ou melhor, da vertente que

se tornou a oficial, porém contaminada pelo judaísmo, tendo sido o cristianismo original de Jesus suplantado e esquecido (loc. cit.).

O papel que o cristianismo encabeçado pela teologia e moral paulina exerceu foi o de disseminar essa nova visão de mundo herdada do judaísmo, moldando a consciência moral da civilização ocidental de acordo com uma moral que colocava a cruz, símbolo da escravidão, como estandarte. Nesse sentido, pode-se perceber o quanto o senso moral dos romanos difere do senso moral moderno, sendo este último produto da moralidade judaico-cristã.

3. A sedução da moral escrava no entardecer do mundo antigo

O cristianismo, originalmente uma vertente do judaísmo, a qual havia herdado grande parte de suas ideias e concepções, era considerada uma organização religiosa de origem e natureza escrava. Tendo surgido em meio a escravos e indigentes, propagou-se principalmente entre o público considerado inculto, iletrado e desapossado de condições financeiras e sociais dignas (KOESTER, 2005).

Os escravos eram formados por grandes grupos marginalizados que a sociedade geralmente não reconhecia como pessoas. Além dos escravos, a grande massa de povos dominados era diferenciada como uma classe chamada de “Dispensáveis”, as quais também viviam à margem da sociedade, não possuindo condições de se sustentar ou de sustentar seus indivíduos e suas famílias.

Muitas das pessoas denominadas como “Dispensáveis” eram obrigadas pela necessidade a ir de casa em casa, sustentando-se da piedade e da caridade de outras pessoas com condições sociais melhores. Pessoas com doenças e

enfermidades, como leprosos, cegos, coxos, etc., viviam sob essas condições (CROSSAN, 1995).

Para sobreviver, tais grupos precisavam nutrir ideais e esperanças compatíveis com suas condições de vida, ideais que pudessem motivá-los a continuar vivendo e a esperar pela tão sonhada mudança – ideais que, muitas vezes, contrariavam as concepções de seus opressores.

De acordo com Crossan (ibid.), o cristianismo emergiu desse cenário, sendo que o próprio Jesus, bem como seus apóstolos e os primeiros cristãos, eram considerados indigentes, e praticavam a mendicância com frequência enquanto disseminavam a nova fé no Império Romano.

Com o advento do cristianismo, aqueles homens de “atitudes medrosas” e “inferiores”, dotados de “pensamento escravo”, “fracos” em ações e pensamentos e que recebiam dos romanos o atributo “ruim”, passaram a serem considerados “bons”, sendo que todos os valores que os mesmos veneraram – humilhação, desapego, humildade, sofrimento, etc. – transformavam-se em valores excelsos. Mediante essa “revolta escrava na moral”, os escravos começaram a mudar os pressupostos da superioridade humana, criando um contexto social em que o cristianismo desempenharia o papel de religião dos humildes e ao mesmo tempo uma religião poderosa (NIETZSCHE, 2009, 37, 49).

Nos primeiros séculos da Era Cristã, os escravos, bem como os povos pobres das províncias subjugadas pelo Império Romano ao redor do Mediterrâneo, juntamente com os indivíduos considerados “dispensáveis” constituíam a maior parte da população no império. Também constituíram o

público-alvo do cristianismo nos primórdios de sua expansão gentílica, e sua principal fonte de poder (KOESTER, 2005).

Foi exatamente aos escravos e aos “dispensáveis” que o cristianismo se configurava como uma religião sedutora, já que o modelo de vida pregado pelos cristãos era mais compatível com essas classes sociais do que com o *modus operandi* das elites. Ao nutrir esperanças de poder em um plano diferente ao plano terrestre, o cristianismo foi capaz de se identificar com os profundos ideais escravistas, proporcionando um modo de vida que era simultaneamente compatível com a situação de inferioridade vivida por esses grupos e com suas aspirações de mudança de vida.

De acordo com Marvin Perry (1985), um mal-estar espiritual havia se abatido sobre o mundo greco-romano um pouco antes do surgimento do cristianismo. Sentimentos de ansiedade, impotência, solidão e alienação contribuíram para que houvesse um grande vazio existencial na vida de diversas pessoas do mundo mediterrâneo, o que abriu espaço para o cristianismo:

A mensagem cristã de um Salvador divino, um Pai interessado, e um amor fraternal, inspirou homens e mulheres descontentes com o mundo em que viviam, que não se sentiam ligados à cidade ou ao império, que não tinham inspiração na filosofia e que sofriam de um profundo sentimento de solidão. O cristianismo oferecia ao homem aquilo que a cidade e o Estado mundial romano não lhe podiam dar: uma relação profundamente pessoal com Deus, uma ligação íntima com um mundo superior e a participação numa comunidade de fiéis que se preocupava uns com os outros (PERRY, 1985. p. 160).

Uma das maiores e mais bem sucedidas investidas do cristianismo no processo de sedução desses povos deu-se com a encarnação de uma metafísica que enaltecia o modo de vida escravista, prometendo recompensas *post-mortem* proporcionais aos sofrimentos afligidos em vida. A meta de ser cristão é “além-viver”, alcançar o paraíso negando o ciclo natural das coisas, desistindo de si mesmo e da própria vida terrena em benefício de uma suposta vida eterna no céu.

Nesse sentido, ao invés de buscar o aperfeiçoamento e a aptidão humana para vencer as opressões impostas na terra, procura-se cultivar uma vida no céu desprezando o corpo, e assim travando qualquer possibilidade de alcançar a vitória ainda em vida.

Como foi bem frisado pelo historiador Jacques Le Goff (2007, p. 25, 26, grifo nosso): “o cristianismo é uma religião de *iguais* que *promete a vida eterna* aos fiéis virtuosos. Nisso estão seus *dois maiores encantos*”.

Assim, não somente a recompensa e a glória reservada aos fiéis (bem como os castigos reservados aos infiéis) constituíram o atrativo fundamental para a adesão das “classes inferiores” existentes no mundo romano, mais principalmente a ideia de que todas as pessoas são iguais, sendo todos considerados “filhos de Deus”.

Nesse sentido, percebe que a grande mudança na consciência moral da sociedade antiga, encabeçada pelo cristianismo, foi guiada no sentido de promover aos excluídos um lugar de importância nesse e no outro mundo.

Nietzsche (2003, p. 81), ao afirmar “que o melhor meio para conduzir a humanidade pelo cabresto” era a moral, tinha em mente que a revolução, a sedução e o triunfo que o cristianismo

havia conquistado na esfera da moralidade, haviam alcançado toda a civilização ocidental, aniquilando a visão moral aristocrática do mundo antigo.

4. O triunfo de uma moral crucificada no mundo ocidental

No fim da Antiguidade Tardia, com o florescer da Idade Média, a moral da cruz havia se tornado um paradigma para toda a sociedade cristã. A influência dessa moralidade podia ser observada no próprio imaginário e na cristologia da religião. De acordo com Le Goff (op. cit., p. 26), a visão do ser mais elevado entre todos se humilhando e se tornando o ser mais baixo que todos, era bastante atraente:

[...] o peso fundamental do cristianismo, exercendo sua influência ao longo de toda a Idade Média, é que o Deus do cristianismo se encarnou, se fez homem. A pessoa do Deus homem, Jesus, viveu entre os homens como um irmão. [...] sua ação memorável, se assim posso exprimir, foi vencer a morte. Eis o modelo que ofereceu a seus fieis! Porque morreu a morte mais miserável, a mais vergonhosa que existia em sua época, a morte dos escravos sobre a cruz, Jesus mostrou que todos os homens podem ser salvos, uma vez que o mais miserável entre eles foi salvo.

Desse modo, o papel desempenhado por Jesus no imaginário como “Deus humilhado” fomentava um sentimento de poder entre os escravos, já que os mesmos poderiam ver em si mesmos o se cumprimento do modelo de Cristo, alcançado, cada um, sua própria glória.

Assim, aos escravos, indigentes e dispensáveis seria atribuído um poder muito maior que o poder que foi atribuído aos poderosos do mundo terrestre. Mas essa realização só seria

possível no mundo vindouro, no cenário apocalíptico da vitória do Bem sobre o Mal ou no paraíso celestial. Nesse sentido, o cristianismo deslocou o cenário da luta pelo poder, do âmbito terreno ao âmbito espiritual (JOHNSON, 2001).

Do mesmo modo, o cristianismo pregava o sentimento que iria se caracterizar como o mais forte e intenso que existe dentro do ser humano: o amor. Deus, ao se sacrificar pelos pecados dos homens, ao morrer em uma cruz para levar a salvação para todos, ao ser morto pelas mãos daqueles que veio salvar, demonstrou a humanidade o poder que existe no amor.

Para Nietzsche (op. cit.), no entanto, a ideia de um “Deus humilhado”, que morre por amor, não passou de uma grande jogada política, a “última cartada” da vingança do povo de Israel. O que existe por traz dessa ideia de amor é um sentimento de ódio profundo, um ressentimento que foi se formando ao longo dos anos, na medida em que a opressão e a incapacidade de se opor se tornaram a característica básica da relação entre judeus e romanos.

Em outras palavras, foi a inépcia, a fraqueza, a incapacidade de se opor aos opressores no terreno físico que fez com que os judeus e cristãos inventassem o mito de um ser superior rebaixado à categoria de ser inferior “por amor” à humanidade. Por esse motivo Nietzsche denomina a moral cristã de “moral do ressentimento”.

No entanto, foi com esse paradoxo do Deus crucificado que a moral cristã conseguiu se tornar a moral dominante no mundo ocidental, triunfando sobre as demais morais.

Assim sendo, a substituição de uma moralidade aristocrática em uma

moralidade cristã se caracterizou no contexto de uma batalha entre os oprimidos judeus e os opressores romanos, só que num terreno espiritual, o qual poderia ser moldado pelos oprimidos da forma mais conveniente possível.

O resultado dessa guerra desempenhada em um campo de batalha em que os romanos eram os mais fracos e os judeus eram os mais fortes, foi a inevitável derrocada das forças romanas:

Os Romanos eram de fato os fortes e os nobres, mais que todos os povos da terra; cada vestígio da sua dominação, a menor inscrição nos maravilha e nos deixa perplexos. Os judeus, pelo contrário, eram por excelência o povo sacerdotal do ressentimento, dotado de uma genialidade ímpar em matéria de moral popular [...] Qual desses povos cantou vitória, Roma ou a Judéia? A resposta não oferece dúvida: note-se que hoje na mesma Roma, como a quintessência de todos os valores supremos, e não somente em Roma, mas quase na metade do mundo, em toda a parte onde o homem se tornou civilizado ou tende a tornar-se, a humanidade se inclina diante de *três judeus* e de uma *judia* (diante de Jesus de Nazaré [carpinteiro], do pescador Pedro, do fabricante de tapetes Paulo e a mãe desse Jesus mencionado em primeiro lugar, chamada Maria). Esse é um fato notável, sem dúvida alguma, Roma foi vencida (NIETZSCHE, 2009, p. 57).

Assim, mediante a intrusão da moralidade judaica no cristianismo, religião esta responsável pela sua disseminação em todo o Império Romano, Roma havia sido vencida. Derrotada juntamente com todos os seus ideais aristocráticos, exatamente por um

povo que nutriam ideais vulgares, cujas figuras representativas constituem exatamente aquilo que os romanos antigos consideravam o mais baixo da sociedade.

A configuração atual do mundo ocidental confirma tal este fato. Foi uma vitória imposta no campo das ideias, não pela força bruta, já que o judaísmo jamais conseguiu alcançar um poder bélico comparável aos dos romanos. Foi uma vitória que mudou para sempre o pensamento e o comportamento de toda uma civilização.

5. Considerações finais

A mudança de paradigma moral que o mundo ocidental presenciou com a imposição do cristianismo como a religião dominante na sociedade constitui uma das vitórias mais espetaculares que um grupo outrora constituído por uma rele minoria reprimida e humilhada já experimentou.

Mediante esse triunfo, não somente a moralidade, mas também as relações sociais, o culto, o imaginário e principalmente a transformação da imagem de um deus rejeitado em um Deus oficial puderam se configurar e se estabelecer com poder no mundo ocidental.

No entanto, deve-se ressaltar que, mais que uma oposição entre duas maneiras diferentes de pensar, o choque iminente entre as duas concepções morais – concepção moral aristocrática pregada por Roma e a concepção moral escrava pregada pelo cristianismo – representou um conflito de grandes proporções entre duas amplas cosmovisões distintas, cuja influência se estendia a uma fatia considerável da sociedade.

O cristianismo somente triunfou no mundo ocidental porque trazia em seu bojo um conjunto de ideias, valores e crenças compatíveis com a mentalidade,

desilusões, anseios existenciais e esperanças da maior parte da população greco-romana, os escravos, indigentes e todos aqueles considerados “inferiores”.

O ressentimento desencadeado não somente pela opressão exercida pelos romanos, mas principalmente por causa da incapacidade de resistir a essa opressão, contribuiu para que tudo o que tivesse relação com o opressor fosse considerado perverso.

Assim, a moralidade seguida pelos opressores foi posta de cabeça para baixo, fazendo surgir daí uma moralidade própria dos oprimidos, a qual suplantaria por séculos a moralidade própria da aristocracia, formando e configurando o que hoje se entende por moralidade moderna.

Referências

- CROSSAN, John D. **Jesus: Uma biografia revolucionária**. Rio de Janeiro: Imago ed., 1995.
- FONTETTE, François de. **História do Antissemitismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- JOHNSON, Paul. **História do Cristianismo**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 2001.
- KOESTER, Helmut. **Introdução ao Novo Testamento: História e literatura do cristianismo primitivo**. São Paulo: Paulus, 2005. Vol. II.
- KOTHE, Flávio R. Nietzsche, Marx e Freud (prefácio). *In*: NIETZSCHE, Friedrich. **Fragmentos do espólio**. Julho de 1882 a inverno de 1883/1884. Brasília-DF: editora UnB, 2008, p. 7-44.
- LE GOFF, Jacques. **O Deus da Idade Média: conversas com Jean-Luc Pouthier**. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- NIETZSCHE, Friedrich W. **A genealogia da moral**. Trad. Antônio Carlos Braga. 3.ed. São Paulo: Editora Escala, 2009.
- _____. **Para Além do Bem e do Mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. **O Anticristo:** a maldição do cristianismo. Trad. Heloísa da Graça Burati. São Paulo: Rideel, 2005 (Biblioteca Clássica).

PERRY, M. Civilização ocidental: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

TÁCITO, C. Cornélio. **Anais.** Trad de Leopoldo

Pereira. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

VEYNE, Paul. O Império Romano. *In:* ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (org.). **História da vida privada:** do Império romano ao ano mil. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.